LEI Nº 8.308 de 27 de Dezembro de 2000

Dispõe sobre a criação de Conselhos Locais de Saúde nas Unidades Básicas de Saúde e Ambulatório Regional de Especialidade.

Dr. JOSÉ LIBERATO FERREIRA CABOCLO, Prefeito Municipal de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, usando das atribuições que me são conferidas por Lei,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam criados, como instrumento de Controle Social, de acordo com o que estabelece a Lei Federal nº 8142/90, os Conselhos Locais de Saúde em todas as Unidades Básicas de Saúde do Município e no Ambulatório Regional de Especialidades.

Art. 2º - Conforme preceitos da Lei nº 8142/90, os Conselhos Locais de Saúde terão composição partidária, sendo 50% (cinqüenta por cento) dos seus membros representantes de Usuários e 50% (cinqüenta por cento) do Poder Público e Profissionais de Saúde, na Unidade a que pertence.

Parágrafo Único – O número de membros dos Conselhos Municipais de Saúde fica estabelecido entre 4 e 6, dependendo do tamanho da Unidade e a área por ela atendida. O Presidente deverá ser escolhido por votação entre os membros do Conselho. Terá direito a voto comum e voto de desempate.

- **Art. 3º** A escolha dos Conselheiros far-se-á por eleição entre os funcionários da Unidade, indicação da Secretaria Municipal de Saúde e Higiene de um membro e eleição, na comunidade, para a escolha dos representantes dos usuários, sendo que a publicação da escolha desses membros será feita por edital pelo Conselho Municipal de Saúde.
- **Art. 4º** Os Conselhos Locais de Saúde terá caráter consultivo e normativo, sendo que as decisões pactuadas entre seus membros serão encaminhadas para o Conselho Municipal de Saúde para apreciação e decisão.
- **Art. 5º** Os membros dos Conselhos Locais e de Saúde terão mandato de 02 (dois) anos intercalados com mandato dos membros dos Conselheiros do Conselho Municipal de Saúde.
- § 1º Os representantes da comunidade que integrem os Conselhos Locais de Saúde deverão residir na área de atendimento do respectivo posto de saúde onde funcione o Conselho Local, provado por comprovante residencial e previstos os membros efetivos e suplentes.

§ 2º - A abrangência dos Conselhos Locais será fixada mediante ato do Secretário Municipal de Saúde.

Art. 6° - Os conselheiros que deixarem de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, sem justificativas por escrito, perderão seus mandatos.

Art. 7º - As atividades dos Conselhos Locais de Saúde serão de causa pública, não sendo remuneradas sob qualquer pretexto.

Art. 8º - Aos Conselhos Locais de Saúde caberá a realização das Conferências Locais de Saúde, convocadas pelo Conselho Municipal de Saúde ou Secretaria Municipal de Saúde e Higiene, destinadas à discussão, entre toda a população da região atendida pela Unidade, dos assuntos relativos a ela e as questões gerais do Sistema Único de Saúde.

Parágrafo Único – As Conferências Locais de Saúde deverão realizar-se anualmente, convocadas pelo Conselho Municipal ou pela Secretaria Municipal de Saúde e Higiene.

Art. 9° - As despesas decorrentes do funcionamento dos Conselhos Locais de Saúde serão pagas pela Secretaria Municipal de Saúde e Higiene, com recursos do Fundo Municipal de Saúde, ouvindo o Conselho Municipal de Saúde.

Serão despesas regulamentadas pelo Regimento Interno que deverão ser aprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde.

Art. 10 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser regulamentada em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua promulgação, pela Secretaria Municipal de Saúde e Higiene, ouvido o Conselho Municipal de Saúde.

Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto, 27 de Dezembro de 2000 **José Liberato Ferreira Caboclo**

Prefeito Municipal

Autógrafo nº 8878 Proj. lei 385/00, do

Dr. ALCIDES ZANIRATO Presidente da Câmara

Aprovado em 21/12/2000 na 9ª Sessão Extraordinária Registrado e publicado na Secretaria da Câmara em 22/12/2000